



II Fórum da Internet no Brasil

Pré IGF Brasileiro 2012



Trilha 3

Banda Larga no Brasil e Inclusão Digital: O que fazer?

Relatório Completo

Olinda, 5 de julho de 2012



1. INTRODUÇÃO

A Trilha 3 – Banda Larga no Brasil e Inclusão Digital: O que fazer? do II Fórum da Internet do Brasil e Pré IGF Brasileiro 2012 foi realizada na tarde do dia 4 de julho de 2012, no Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda (PE).

Coordenada pelo Presidente do Conselho Consultivo Superior da Abranet (Associação Brasileira de Internet), Eduardo Fumes Parajo, o trabalho começou com uma abertura do coordenador da trilha que expôs os procedimentos adotados, no qual, na primeira hora foi reservada aos oradores representantes de cada setor, que tiveram 15 minutos para suas exposições iniciais. Após essa primeira hora de exposições, foram abertas as inscrições para as falas dos participantes, que poderiam se manifestar durante até cinco minutos.

O objetivo da Trilha 3 foi debater sobre as necessidades da infraestrutura de banda larga e da relevância de acesso à rede. A trilha discutiu ainda os desafios para o acesso nas diferentes regiões brasileiras, as políticas concebidas e implementadas, as questões regulatórias relacionadas, a qualidade do serviço e os potenciais de uso.

O Relatório Completo desta trilha, representada por este documento, apresenta todos os eventos ocorridos durante a Trilha 3, bem como os anexos referentes aos documentos criados durante o II Fórum da Internet. Assim, o relatório divide-se em três partes:

- 1) Exposição dos Oradores.
- 2) Exposição dos Participantes.
- 3) Anexos.



2. EXPOSIÇÕES DOS ORADORES

A *Trilha 3 – Banda Larga no Brasil e Inclusão Digital: o que fazer?*, coordenada por **Eduardo Fumes Parajo, presidente do Conselho Consultivo Superior da Abranet (Associação Brasileira de Internet)**, teve como convidados sete oradores de quatro setores: Setor Governamental, Setor Empresarial, Terceiro Setor e o Setor Acadêmico. Representando o Setor Governamental, tiveram a palavra o **secretário-executivo do Ministério das Comunicações, Cesar Alvarez**, seguido por **Marcelo Bechara, executivo da Anatel**. Na sequência de apresentações, **Cláudia Viegas, diretora de regulação econômica da LCA**, fez sua exposição e logo após foi dada a palavra a **Eduardo Neger, presidente da Abranet**, compondo assim os representantes do Setor Empresarial. O Terceiro Setor se fez presente nas falas de **Paulo Lima, membro do Saúde e Alegria** e de **Beatriz Tibiriçá, representante do Coletivo Digital**. Por fim, o Setor Acadêmico foi representada pelo **professor doutor Luiz Fernando Gomes Soares, da PUC-Rio**.



Resumo da Exposição dos Oradores

Os representantes governamentais foram os primeiros a manifestar opiniões, sendo objetivos em destacar a evolução do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), papel de agências reguladoras e empresas públicas para o aumento do acesso à Internet, e os principais desafios do setor do ponto de vista governamental, como fiscalização das operadoras e falhas estruturais do PNBL. Em seguida, foi dada a palavra ao Setor Empresarial, que destacou soluções estratégicas na economia por meio de investimentos no setor de telecomunicação e os desafios e oportunidades de provedores de acesso, especialmente os de pequeno porte. O Terceiro Setor criticou o CGI.br e a Anatel e o uso do FUST, bem como destacou os papéis de telecentros e oficinas de inclusão digital. Por último, o Setor Acadêmico apontou a integração dos meios de conteúdo de inclusão digital e a distribuição desta produção de conteúdo, bem como o uso de *software* livre para plataformas de televisão digital, o GINGA.



SETOR GOVERNAMENTAL – APRESENTAÇÃO DE CESAR ALVAREZ

O Setor Governamental, representado por **Cesar Alvarez (secretário-executivo do Ministério das Comunicações)**, abordou os seguintes temas, ao longo do seu tempo de explanação:

- **Plano Nacional de Banda Larga**: Passados dois anos do início do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), deve-se atentar para o que de fato o plano é em sua concepção, ou seja, um programa criado pelo governo federal com o objetivo de ampliar o acesso à Internet em banda larga no país, e não pela forma como o mesmo é idealizado, uma vez que, por se tratar de uma iniciativa envolvendo ações no país como um todo, existem diversas questões complexas, envolvendo sua implementação, em especial, referentes à regulação no setor.

Em relação ao panorama atual do PNBL, segundo Alvarez, indicadores do Cetic (Centro de Estudos sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação) apontam que a rede 3G no país, que reunia 15 milhões de assinaturas em maio de 2010, passou a ter, em maio de 2012, 56 milhões de assinantes. Os municípios com banda larga fixa, antes de 2010, atingindo mais de 1.400 municípios, que concentram mais de metade da população brasileira, o que indica o cumprimento dos objetivos iniciais, de levar a banda larga popular à população, ao preço de R\$ 35,00.

No entanto, foram encontradas dificuldades na utilização da 4G, mesmo após a realização com sucesso do leilão de concessão. Outro ponto a ser discutido é a ampliação do diálogo com os provedores, discussão de preços e rediscussão do papel da Telebrás de levar a Internet às classes D e E, formulando um plano especial de incentivo de aceleração de acesso às redes, em especial nas localidades rurais.



- **O Papel da Telebrás:** Foi destacado o papel da Telebrás, com foco nas ações voltadas para a continuidade de expansão do *backbone*, o que proporcionará uma ampliação na quantidade de acessos de novos usuários do PNBL. Este objetivo é fundamental nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, que deverão ter sua infraestrutura de telecomunicações modernizada.

- **Principais Problemas Estruturais do Plano:** A falta de investimentos na região Norte do país, bem como a ampliação da cobertura de sinal nos municípios de menor porte e com menor preço ao consumidor final, foram apontados como os principais desafios a serem superados pelo PNBL. A utilização dos satélites de defesa, na banda, em especial no uso da banda Ka, é apontada por Alvarez como a melhor maneira de massificar a Internet na área rural brasileira. Outro ponto a se discutir é a interação com a América Latina sobre as questões da banda larga.

SETOR GOVERNAMENTAL – APRESENTAÇÃO DE MARCELO BECHARA

O Setor Governamental, representado por **Marcelo Bechara (representante da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel)** abordou os seguintes temas:

- **Papel da Anatel:** Atuar com o objetivo de atingir as metas estabelecidas de incrementar a quantidade de acessos, em especial após a realização da licitação das faixas de 450 MHz e de 2,5 GHz. Espera-se que a faixa de 450 MHz atenda as localidades rurais, contemplando-as com serviços de voz e dados (Internet banda larga). A licitação da faixa 2,5 GHz deve introduzir no Brasil a telefonia móvel de quarta geração (4G), permitindo a melhoria da qualidade e o aumento da velocidade na transmissão de dados. O cronograma indica que, já no ano de 2013, todas as cidades-sede da Copa das Confederações possuirão infraestrutura 4G, assim como, em 2014 todas as cidades-sede da Copa do Mundo da Fifa, bem como os municípios com mais de 500 mil habitantes.



- **Ampliação da Rede 3G:** Permite ampliar o acesso à Internet, em especial nas zonas rurais. Ainda que não seja uma conexão com a velocidade ideal, serve como voz para aqueles que não possuíam acesso à rede. Segundo Bechara, a realização do leilão das frequências da tecnologia 4G no país aumentará os investimentos em infraestrutura de materiais para a melhoria da qualidade da banda larga 3G oferecida atualmente.

- **Fiscalização das Operadoras:** Serão realizadas rígidas fiscalizações em relação ao cronograma de investimentos das operadoras, principalmente sobre a velocidade da conexão oferecida e sobre os materiais de incremento da qualidade da banda larga. Os investimentos realizados poderão ser a melhor forma de competição e comparação entre as prestadoras, permeando a percepção subjetiva a respeito da qualidade do produto que será ofertado. Em relação à qualidade da conexão oferecida, a mesma será verificada através da realização de medições de velocidades realizadas por empresas independentes contratadas para essa finalidade.

SETOR EMPRESARIAL – APRESENTAÇÃO DE CLÁUDIA VIEGAS

O Setor Empresarial iniciou sua exposição com a fala da representante **Cláudia Viegas, membro da consultoria LCA**, e que focou seu discurso nas seguintes temáticas:

- **Soluções Estratégicas na Economia:** A expositora realizou uma apresentação onde foi contextualizado o atual momento da economia brasileira e a forma como o mesmo se relaciona com as questões da banda larga. Os últimos resultados do PIB nacional e a comparação do atual momento econômico do Brasil com outros países mais afetados pela crise mundial de 2008 indicam que o país vem conseguindo superar os efeitos causados pela mesma, mostrando que nos encontramos no nosso momento de aceleração, que chamamos de *stop and go* (desaceleração e crescimento da economia), refletido em especial nas classes sociais de menor poder aquisitivo, fazendo que as mesmas tenham papel de maior relevância na economia.



- **Importância de Investimentos no Setor de Telecomunicações:** Nesse sentido, os investimentos no setor de telecomunicações se mostram extremamente necessários, pois os mesmos vêm sido refletidos na maior demanda pela utilização de tais serviços pelas classes de menor poder aquisitivo e, uma vez que a maior demanda no número de serviços oferecidos também gere uma maior arrecadação tributária, a atual infraestrutura de telecomunicações impede o maior crescimento de empresas nesse setor, justamente porque tal demanda não consegue ser atendida, fazendo especialmente com que os municípios com menor poder econômico e renda *per capita* sejam prejudicados na oferta dos serviços de banda larga, por não terem acesso a tal tecnologia.

SETOR EMPRESARIAL – APRESENTAÇÃO DE EDUARDO NEGER

Na sequência, o Setor Empresarial teve voz com a apresentação de Eduardo Neger, presidente da Abranet, que pontuou os seguintes temas:

- **Provedores de Acesso:** A Abranet é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 1996, por pessoas e empresas empreendedoras da Internet Brasileira. De modo que a mesma agrega cerca de 480 provedores de acesso à banda larga, que atuam através de diversas estruturas (e-commerce, provedores de lojas virtuais, desenvolvedores de softwares, etc.). Nesse contexto, a Internet no país é um campo extremamente fértil no que tange ao crescimento de pequenas e médias empresas no setor, uma vez que os números apontavam entre julho de 2011 e julho de 2012, um crescimento de 2.900 provedores para o número atual de 3.200 no país. A atuação dos pequenos provedores é correspondente a cerca de 10% do número de acessos à banda larga no país e centrada especialmente nos nichos onde os grandes provedores não conseguem atender, justamente os municípios de menor população.

- **Desafios e Oportunidades enfrentados pelos pequenos provedores de acesso:** Recente pesquisa do IBOPE/GNet apontou que o Brasil é o primeiro país do mundo em tempo gasto *on-line* por seus usuários, o que torna a Internet um campo amplo de possibilidades para as empresas do



setor, que também podem ter na questão da inclusão digital uma fonte de oportunidade no crescimento. Contudo, o próprio desenvolvimento depende de fatores como a alta carga tributária, a falta de incentivos à pesquisa acadêmica e, especialmente, a falta de melhorias de infraestrutura na rede, assim como a criação e definição clara de uma política pública de massificação da banda larga onde, através da competição entre essas empresas, sejam gerados benefícios para o consumidor.

TERCEIRO SETOR – APRESENTAÇÃO DE PAULO LIMA

O Terceiro Setor iniciou suas exposições com **Paulo Lima, membro do Saúde e Alegria**, que explicitou os temas:

- **Crítica à atual posição do CGI.br:** O Comitê Gestor da Internet no Brasil é visto como uma referência em gestão democrática e foi conquistado e moldado em uma formidável atuação conjunta de todos os setores envolvidos. No entanto, o que vemos hoje é sua atuação de forma unilateral, já que não mais observamos o CGI.br escutando as demandas da sociedade civil, o que faz com que o mesmo não venha atuando de forma a incluir a população que se encontra na ponta do complexo cenário da inclusão digital, o que nos preocupa, em especial na região Norte, onde as possibilidades de telecomunicação são limitadas, muito por conta da infraestrutura debilitada, e que poderiam ser muito melhoradas se fosse, de fato, oferecida uma banda larga de qualidade.

O CGI.br deve ampliar o diálogo com a sociedade civil, em especial com a criação de um fórum onde possam ser acompanhados o cronograma de metas iniciais do mesmo e verificar o andamento de suas atividades. São compreensíveis as dificuldades impostas pela burocracia nas relações com o Estado no Brasil, no entanto, a falta de um diálogo entre os setores não contribuirá para que resultados concretos sejam alcançados.

- **Críticas à Anatel:** Nesse sentido, a Anatel não vem atuando de forma satisfatória, assim, a crítica é fundamentada especialmente na fala do representante da Anatel no fórum. Não podemos nos contentar apenas com “qualquer coisa”. Justamente por não termos nada, devemos lutar pela



banda larga dos sonhos, aquela que queremos. E, nesse cenário, a Anatel não vem atuando de forma satisfatória no setor, especialmente nas atividades de fiscalização das operadoras prestadoras desses serviços, que vêm cada vez mais concentrando lucro, sem oferecer em troca serviços satisfatórios para atender uma demanda que clama por políticas de inclusão.

- **FUST**: O Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações que foi instituído com o objetivo de proporcionar recursos para a universalização de serviços de telecomunicações também é uma decepção, uma vez que não são encontradas informações com relação à utilização desse fundo e tampouco são observadas ações provindas do uso do mesmo, em especial na região Norte.

TERCEIRO SETOR – APRESENTAÇÃO DE BEATRIZ TIBIRIÇÁ

Em seguida, continuando as exposições do Terceiro Setor, Beatriz Tibiriçá destacou os seguintes pontos:

- **Oficinas de Inclusão Digital**: As oficinas para inclusão digital são eventos que buscam reunir agentes públicos e sociedade civil em espaços para o debate a respeito da questão da inclusão digital no país, tendo como eixo fundamental a inclusão social. No entanto, o evento teve sua realização em 2012 descontinuada pelo Ministério das Comunicações, e provocou o debate reacendendo o nosso instinto de sobrevivência, defendendo nossos direitos de lutar por políticas públicas de inclusão digital, reconhecendo os avanços do governo, mas também apontando suas falhas. Faz-se necessário assegurar a realização da Oficina de Inclusão Digital, assim como articular de melhor forma o programa, fortalecendo a sociedade civil no diálogo com os governos.

- **Telecentros**: O número de telecentros implementados não atingiu o estipulado inicialmente (a rede foi concebida inicialmente para 4 mil postos e tem hoje apenas 1.200). Os que foram implementados possuem infraestrutura deficitária e não temos monitores para incorporar à rede. É necessário



consolidar o Programa Nacional de Inclusão Digital nas Comunidades (Telecentros.br), assim como se faz necessária a retomada do Comitê Técnico de Inclusão Digital para a proposição de soluções de manutenção da política de inclusão digital.

SETOR ACADÊMICO – APRESENTAÇÃO DE LUIZ FERNANDO GOMES SOARES

O Setor Acadêmico foi representado pelo **professor doutor da PUC do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Gomes Soares**, que realizou os seguintes apontamentos:

- **Integração dos meios de inclusão digital:** A maior penetração do computador nas classes D e E, como demonstrou a pesquisa TIC Municípios, aponta para a importância real de integrar a utilização de computadores, uma banda larga de qualidade e as TVs como forma de distribuição de conteúdo e informação a localidades que ainda não possuem acesso a tal tipo de conteúdo (informativo, educacional, entretenimento).

- **Produção de Conteúdo:** É preciso distribuir o conteúdo. No momento que se faz a produção de vídeos, para TVs comunitárias, universitárias, etc., se faz também necessário que se crie um depósito para distribuir tal conteúdo, e enxergamos nas TVs públicas boas possibilidades para tal. De modo que torna-se imprescindível investirmos na infraestrutura de banda larga para subsidiar ações como as realizadas pelo “Iptv.br”, projeto que busca entre outros, estender o PNBL para que o acesso à informação seja, de fato, um passo do que foi obtido nas grandes redes de informação. É preciso fazer com que conteúdos de qualidade cheguem em locais menos atendidos pelo PNBL, tornando esses não só receptores de conteúdo, mas dando suporte para que também se tornem produtores.



- **Ginga**: O expositor deu destaque ao programa de inclusão social que, baseado na premissa de que a verdadeira inclusão não se dá apenas pelo direito de acesso à informação, mas também pelo direito de gerar conteúdo, em especial através da plataforma digital de TV, o que somente pode se tornar possível através de uma plataforma universal como essa, que dispõe do apoio do governo.



PRINCIPAIS TEMAS APONTADOS PELOS ORADORES NA TRILHA 3

Foram identificados sete temas principais apontados pelos oradores da Trilha 3:

- A) Telecentros***
- B) Infraestrutura***
- C) Relações Federativas***
- D) Iniciativas***
- E) Relação entre Estado e Sociedade Civil***
- F) Dinâmica de Mercado***
- G) PNBL/Massificação do Acesso***



A) Telecentros

➤ *Quem citou esse tema?*

Terceiro Setor

➤ *Posicionamentos*

Terceiro Setor: Apontou que investimentos não foram realizados de acordo com as metas estabelecidas pelo governo e a parte implementada possui problemas de infraestrutura. Necessário consolidar o Programa Nacional de Inclusão Digital nas Comunidades, bem como a retomada do Comitê Técnico de Inclusão Digital para a proposição de soluções de manutenção da política de inclusão digital.

B) Infraestrutura

➤ *Quem citou esse tema?*

Setor Empresarial, Setor Acadêmico e Terceiro Setor.

➤ *Posicionamentos*

Setor Empresarial: Sem investimentos em banda larga de qualidade, o crescimento do setor é impedido.

Setor Acadêmico: É preciso investir em banda larga de qualidade em todo o país e aumentar a oferta do serviço no país.



Terceiro Setor: Anatel não fiscaliza a banda larga de forma satisfatória nas regiões Norte e Nordeste.

➤ ***Principais consensos***

Há consenso entre o Setor Acadêmico e o Empresariado que a infraestrutura deficitária de rede no país impede o crescimento do setor.

➤ ***Principais dissensos***

Não houve dissenso sobre o tema.

C) Relações Federativas

➤ ***Quem citou esse tema?***

Setor Governamental

➤ ***Posicionamentos***

Setor Governamental: Dificuldade no relacionamento do governo federal com os municípios.



D) Iniciativas

➤ **Quem citou esse tema?**

Setor Acadêmico

➤ **Posicionamentos**

Setor Acadêmico:

Adoção da TV digital como forma de inclusão social.

Utilização do Ginga (ambiente de apresentação multimídia) como plataforma para inclusão digital através de *software* livre.

É necessário criar uma instituição para distribuir conteúdos gratuitos na Internet.

E) Relação entre Estado e Sociedade Civil

➤ **Quem citou esse tema?**

Terceiro Setor

➤ **Posicionamentos**



Terceiro Setor:

São necessárias melhorias na comunicação entre Estado e sociedade civil.

Percebe-se uma ausência de informações sobre os recursos do FUST.

É necessária uma melhor publicização de como pode ser feita a utilização dos recursos do FUST.

F) Dinâmica de Mercado

➤ **Quem citou esse tema?**

Setor Empresarial

➤ **Posicionamentos**

Setor empresarial:

Existe uma relação entre a oferta do serviço de banda larga e o momento econômico do país.

Municípios de menor poder econômico são prejudicados na oferta de banda larga.

Os provedores regionais de acesso representam 10% do total de acessos do país (em nichos não atendidos pelas grandes empresas).

A elevada carga tributária nos serviços de telecomunicações impacta nos custos do acesso à Internet.



A prestação do serviço pelos pequenos provedores de acesso e telecomunicações é uma oportunidade para o desenvolvimento do empreendedorismo no setor

É necessário investir na infraestrutura de redes de telecomunicação para melhorar os níveis de competição.

A competição beneficia o consumidor.

G) PNBL/Massificação do Acesso

➤ **Quem citou esse tema?**

Setor Governamental, Terceiro Setor e Setor Acadêmico

➤ **Posicionamentos**

Setor Governamental:

Foi promovida a ampliação do acesso da banda larga 3G nas zonas rurais.

Foram realizadas licitações para incrementar a qualidade da banda larga.

Terceiro Setor:

Existe uma preocupação com o futuro do PNBL, sobretudo na região Norte.



Setor Acadêmico:

Existe uma preocupação com o fato de cerca de 50% da população nunca tenha utilizado computadores.

O acesso à informação é apenas um passo no processo de inclusão social objetivado pelo PNBL.



3. EXPOSIÇÃO DOS PARTICIPANTES

A exposição realizada pelos participantes do II Fórum da Internet foi dividida por temas. Os temas do Grupo I tratam dos assuntos discutidos primeiramente pelos oradores e que estão diretamente ligados ao tema da Trilha 3 – Banda Larga no Brasil e Inclusão Digital: O que fazer? O Grupo II trata de assuntos propostos pelos participantes que não foram citados por oradores da trilha, mas que possuem relação com a temática da trilha.

Finalmente, os temas do Grupo III tratam de assuntos que foram discutidos na trilha, porém não são totalmente conexos ao tema proposto na Trilha 3. Ou seja, não eram diretamente relacionados com a trilha sobre a Banda Larga e Inclusão Digital no Brasil. O quadro abaixo identifica os temas que apareceram na Trilha 3 – Banda Larga no Brasil e Inclusão Digital: O que fazer?

GRUPO	TEMAS
I – Manifestações dos participantes sobre temas que foram citados pelos oradores da Trilha 3	<ul style="list-style-type: none"> a) PNBL/Massificação do acesso b) Telecentros c) Relação entre Estado e Sociedade Civil d) Infraestrutura
II – Manifestações dos participantes sobre temas que não foram citados pelos oradores, mas possuem relação com a temática da Trilha 3	<ul style="list-style-type: none"> a) Provedores Regionais b) <i>Software</i> Livre c) Cidades Digitais d) Participação da Região Norte e) Questão Indígena f) Falta de Fiscalização das Concessionárias de Telefonia g) Indicadores h) <i>Lanhouses</i> i) Regulamentação
III – Outras manifestações que não se relacionem diretamente com o tema da Trilha 3	Não houve



TEMAS – GRUPO I

A) Programa Nacional de Banda Larga/Massificação do Acesso

Sobre o tema, as principais manifestações feitas pelos participantes estão dispostas abaixo:

a) **Américo Bernardes, do Ministério das Telecomunicações**, contrapôs os seguintes pontos:

- É importante entender que as discussões feitas são relevantes para a construção coletiva de políticas públicas, temos elementos fundamentais e parceiros que se relacionam entre si (governo, terceiro setor, empresas) e, nesse sentido, através do diálogo, busca-se construir uma política que inclui ações interconectadas dentro do PNBL, começando pelas questões de infraestrutura, e partindo para a resolução dos problemas específicos.

- A questão da infraestrutura não deve ser vista como fim e, sim, como meio, uma vez que cerca de 60% das cidades dos presentes no edital das “Cidades Digitais”, divulgado hoje (4 de julho de 2012), 36 dos 80 municípios listados são da região Nordeste.

- O programa Telecentros.br passa por uma readequação para que se consiga que esses programas tenham sua efetividade na ponta, ou seja, no atendimento direto à parcela da população que necessita ser incluída.

b) Outra questão apontada como falha no PNBL é feita por **Marsólio Lima, SINDPD**: as ações do PNBL são realizadas, mas não chegam ao conhecimento da maior parte da população. O governo não pode esperar que as informações cheguem até a parcela da população que necessita ser incluída de forma gradativa, as ações prec

c) isam ser publicizadas para que o plano seja efetivo.



Em suma, predominou o posicionamento de que há uma cobrança da sociedade civil no sentido de obter dados que demonstrem a evolução do programa.

O quadro abaixo apresenta os problemas apontados, as propostas apresentadas e o nível de consenso e dissenso:

PNBL/MASSIFICAÇÃO DO ACESSO		
<i>Problemas Apontados</i>	<i>Propostas Apresentadas</i>	<i>Nível de Consenso e Dissenso</i>
1) Apenas um ponto de acesso em locais sem oferta do serviço não pode ser considerado massificação.	Discutir a massificação de serviços e garantir o acesso aos serviços por parte do governo, e não apenas através dos serviços das teles.	Houve um consenso da plenária com relação às necessidades de ampliar os níveis de massificação do acesso.

B) Telecentros

Os principais apontamentos foram resumidos abaixo:

Beatriz Tibiriçá, Coletivo Digital: complementou que o governo deve ressaltar também o que foi feito dos locais previamente destinados a abrigarem os telecentros, uma vez que os mesmos tiveram uma série de investimentos realizados no sentido de transformá-los em espaços com o objetivo de oferecer maior inclusão, e que estão praticamente jogados ao relento pela falta de apoio ao projeto por parte do poder público, o que é evidenciado pela falta de qualquer representante da Secretaria de Inclusão Digital no Fórum, e em especial nessa trilha.



João Batista Ferri, da STLI: discordou da posição da oradora Beatriz Tibiraçá, por salientar que, a Secretaria de Inclusão Digital historicamente trabalha com o objetivo de difundir as atividades da Oficina de Inclusão Digital, uma vez que a realização da mesma serviu como forma de balizar as atuações futuras do órgão.

Sandra Alves, (FME-Niterói): apontou sua crítica com relação à forma como foi descontinuado o programa de inclusão digital das escolas da rede pública municipal de Niterói-RJ, ainda nos anos 2000. A mudança de gestão, em 2005, fez com que os investimentos em infraestrutura digital não só na rede pública de ensino, como também em telecentros na cidade, fossem abandonados.

O posicionamento da sociedade civil deixa claro que existe a necessidade de revisão do modelo atual, além do cumprimento da implantação do número de telecentros divulgados pelo governo no início de seu plano.

TELECENTROS		
<i>Problemas Apontados</i>	<i>Propostas Apresentadas</i>	<i>Nível de Consenso e Dissenso</i>
1) A velocidade da Internet é insatisfatória para a realização de atividades dos telecentros	1) Os telecentros são uma solução para atender as demandas por acesso à Internet da sociedade	Houve um consenso da plenária sobre a relevância da política de telecentros
2) Falta infraestrutura de rede e a capacitação deficitária dos agentes que ministram as atividades é deficitária	2) Criação de um sistema de indicadores que possa retratar a situação da realidade atual dos telecentros do país, além de servir como balizamento para as ações futuras a serem tomadas	



C) Relação entre Estado e Sociedade Civil

A expositora **Beatriz Tibiriçá** reforçou a crítica sobre a posição do Estado no que diz respeito ao diálogo com a sociedade civil, citando que a Secretaria de Inclusão Digital tem oferecido resistência em ouvir as demandas e se manter aberta ao diálogo, o que é uma saída importante para discutir os problemas da inclusão.

Marcelo Saldanha, IBE – Brasil tratou deste tema através da relação com os projeto de Cidades Digitais:

- A elaboração dos projetos das cidades digitais foi feita em parceria do governo com organizações da sociedade civil em grande parte de sua concepção, no entanto, na hora de elaborar os editais, a sociedade não teve suas demandas atendidas, o que fere todo o escopo central do projeto, que é de justamente não deixar toda sua estrutura a cargo do poder público municipal.
- Deveria ser fortalecida a participação da sociedade nesse processo, propondo a criação de conselho de fiscalização em cada município onde estão sendo realizadas ações do projeto, em especial com o objetivo de viabilizar mais recursos do que foi prometido pela Telebrás para a execução do mesmo.

Assim, há mais um posicionamento claro da sociedade civil em relação às políticas públicas de inclusão digital:

- A Sociedade demanda do Estado garantias de que seus anseios não sejam apenas ouvidos, mas também registrados e levados em consideração durante o processo de implementação das políticas públicas de inclusão digital.



RELAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL		
<i>Problemas Apontados</i>	<i>Propostas Apresentadas</i>	<i>Nível de Consenso e Dissenso</i>
1) O Estado abre canais de comunicação com a sociedade civil, mas, apesar de ouvir os seus anseios, não acata suas demandas 2) Sugestões da sociedade na implementação das “cidades digitais” não foram acatadas	1) Criação de espaços de discussão para acompanhar as metas traçadas com relação à massificação do acesso, e em especial às ações do CGI.br	Houve consenso da plenária quanto à necessidade da presença de representantes de governo nos espaços de discussão

D) Infraestrutura

O participante **João Brant, Intervozes**, pontuou os seguintes desafios e expôs as possíveis soluções para os problemas estruturais apontados:

- O atual contrato de concessões do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) é uma “bomba-relógio”, pois conta com a ausência de modelo de custo, onde os serviços ofertados são quase um modelo de monopólio em certas regiões; aliado à existência de subsídios cruzados entre serviços, recursos do governo que são utilizados pelas estruturas privadas para lucro próprio e não para investimentos na ampliação dos serviços, resultam em uma situação onde basicamente o Estado acaba sendo financiador do lucro das concessionárias. Deve-se ter claramente a posição do governo com relação aos recursos do STFC, estabelecer um modelo de custo e abandonar o atual sistema irracional baseado na duplicação de redes, o que faz com que os recursos sejam gastos de forma irracional nos investimentos em ampliação de serviços de acesso a Internet.

O Participante **Valmir Souza da FAB**: Concordou que as dificuldades estruturais e geográficas da região são um empecilho para a expansão do PNBL na região Norte, mas também ressalva que com a consolidação no Brasil da PLC (*Power Line Communication*, aproximadamente



"comunicações através de linha de energia") tecnologia que consiste em transmitir dados e voz em banda larga pela rede de energia elétrica, se revelou como uma interessante alternativa que não vem sendo aproveitada pelo poder público como forma de ampliar a oferta da Internet em pontos distantes do país.

O principal posicionamento foi no sentido de reforçar a necessidade de investimentos no setor com objetivos de oferecer melhor qualidade de serviços em regiões distantes dos grandes centros.

O quadro abaixo resume os demais pontos sobre o tema:

INFRAESTRUTURA		
<i>Problemas Apontados</i>	<i>Propostas Apresentadas</i>	<i>Nível de Consenso e Dissenso</i>
1) A infraestrutura de rede é deficitária e dificulta a inclusão digital 2) O governo é responsável pelo provimento de infraestrutura de rede 3) A PLC (<i>Power Line Communication</i>) se mostra como uma solução viável de expansão do fornecimento da Internet no país.	1) Ampliar os níveis de fiscalização do governo com relação à estrutura repassada às teles	Ocorreu consenso entre os posicionamentos sobre a necessidade de desenvolver políticas públicas que incentivem o contínuo investimento em infraestrutura para melhoria da qualidade de acesso (em especial na região Norte)



TEMAS – GRUPO II

A) Provedores Regionais

O tema dos provedores regionais foi ressaltado, especialmente, pelas associações de empresas que agregam esse grupo e estavam presentes na Trilha 3. O principal posicionamento trata de que deve haver mais atenção da Anatel, no sentido de maior aproximação com os provedores regionais e exercer maiores níveis de regulamentação no tratamento com as grandes operadoras para fiscalizar a oferta de serviços de acesso à Internet.

PROVEDORES REGIONAIS		
<i>Problemas Apontados</i>	<i>Propostas Apresentadas</i>	<i>Nível de Consenso e Dissenso</i>
1) A competição dos pequenos provedores é desleal em relação aos gigantes do setor 2) Críticas com relação à atuação da Anatel frente aos interesses das teles em detrimento dos interesses dos provedores regionais 3) A Anatel não tem visão de parceira regionalizada ou visão das possibilidades de atuação dos pequenos provedores 4) A Anatel não tem cumprido com as normas vigentes em legislação no sentido de fiscalização das grandes empresas de telecomunicações.	1) O Estado deve fortalecer os pequenos provedores, com incentivos à redução de custos na prestação dos serviços 2) Ampliação dos níveis de assimetria regulatória, onde as empresas do mesmo setor são tratadas como iguais perante a legislação do setor	Não foi encontrado consenso ou dissenso durante as manifestações



B) Software Livre

Os participantes **João (Cadesc)**, **Antônio Carlos (SERPRO)** e **Manuel Neto (ITIC-Digital)** apresentaram consenso com relação à fala do orador do Setor Acadêmico, Luiz Fernando Gomes, com relação às possibilidades positivas na utilização de *software* livre como fator inclusivo em diferentes esferas, órgãos governamentais, ou mesmo nos telecentros. Portanto, ressaltam a importância da utilização de *software* livre como mecanismo de aceleração dos níveis de acesso.

SOFTWARE LIVRE		
<i>Problemas Apontados</i>	<i>Propostas Apresentadas</i>	<i>Nível de Consenso e Dissenso</i>
1) Há candidatos oportunistas, que se aproveitam da agenda política criada pelas eleições para levantar a bandeira de inclusão digital e <i>software</i> livre sem prévio planejamento	1) Maior utilização de <i>software</i> livre nos telecentros, o que agiliza o processo de implantação dos mesmos	Consenso com o orador do Setor Acadêmico em relação às possibilidade do uso do <i>software</i> livre como fator de inclusão em diferentes esferas governamentais e em telecentros.



C) Participação da Região Norte:

A região Norte foi bastante apontada na Trilha 3, especialmente os seguintes posicionamentos:

Região com dificuldades de infraestrutura dos serviços de telecomunicações, em especial relacionados à Internet, sendo a rede da região uma das mais caras e deficitárias no país.

Os presentes na trilha 3 não possuem conhecimento de atuação do PNBL na Amazônia nem têm um plano de ação concreto para solucionar os problemas da região, sendo que o principal motivo é político.

Algumas experiências de inclusão digital são relatadas como de universalização do acesso, o que não pode ser tomado como verdade, uma vez que não representam os indicadores reais na região.

João Anselmo, SINTTEL: Destacou que por conta dos problemas de infraestrutura, a ocorrência de diversos apagões no oferecimento dos serviços de telefonia por questões técnicas se tornou frequente na região, originando principalmente uma crítica da atuação das grandes operadoras na região.

Arthur Coimbra, do Ministério das Comunicações: Apresentou um dissenso com relação à região Norte, salientando as ações do ministério na região, mostrando os avanços realizados por parte do poder público no sentido de oferecimento da banda larga popular por R\$ 35,00. Também elencou uma série de ações em diferentes estados da região, no sentido de prover melhorias na qualidade de oferta de Internet via rádio: ampliação da rede de fibra ótica no sudeste do Pará; conclusão de BR-163, levando através da mesma maior quantidade de fibra ótica; utilização de um gasoduto no Amazonas para a ampliação da rede.



Luiz Felipe de Sousa, do OpenTapajós: Criticou a relação entre a qualidade da conexão oferecida e o preço no estado, bem como as dificuldades impostas pelo governo federal à entrada em certas regiões.

O principal posicionamento demonstrou o clamor da sociedade civil por maior atenção do governo, em especial no que tange a melhorias na oferta de serviços na região Norte.

PARTICIPAÇÃO DA REGIÃO NORTE		
<i>Problemas Apontados</i>	<i>Propostas Apresentadas</i>	<i>Nível de Consenso e Dissenso</i>
1) Algumas experiências isoladas são divulgadas como massificação do acesso à banda larga, o que não representa a realidade da região.	1) Propostas para que o III Fórum da Internet seja realizado na região Norte, para que se perceba <i>in loco</i> os problemas da utilização da banda larga nos Estados da região.	1) Consenso a respeito do desenvolvimento da infraestrutura de suporte à banda larga e as melhorias na atuação do setor de telecomunicações; 2) Consenso de que a Anatel deveria regulamentar as atividades realizadas pelas grandes operadas na região Norte.



D) Questão Indígena e Quilombola

Os participantes indígenas **Alexandre Pankararu e Anapualka Pataxó** destacam que mesmo a população indígena (fazendo ressalva com relação às diferentes etnias indígenas) sendo uma grande produtora de cultura, os problemas relacionados à banda larga nessas localidades são um fator de limitação para a maior difusão daquilo que é produzido.

O participante **Jair Silva, Quilombola/UNEGRO**, criticou a falta de vontade política por parte dos representantes do poder público no que tange à oferta de Internet nas regiões Quilombolas.

Os dois posicionamentos apontam que:

- O povo indígena também é produtor de conteúdo.
- Cultura digital indígena e quilombola cresceu muito, independentemente da banda larga, mas essas populações não têm acesso à Internet.

QUESTÃO INDÍGENA E QUILOMBOLA		
<i>Problemas Apontados</i>	<i>Propostas Apresentadas</i>	<i>Nível de Consenso e Dissenso</i>
1) A população indígena ainda não foi incorporada plenamente às iniciativas de acesso à rede.	1) Os governantes devem conhecer a realidade do interior do Pará.	1) Houve consenso quanto ao conteúdo das falas dos representantes indígenas e quilombolas.



E) Falta de Fiscalização das Concessionárias de Telefonia

Os principais posicionamentos em relação à falta de fiscalização governamental das concessionárias de telefonia foram:

A participante **Flávia Lefréve, do Proteste de São Paulo**, indicou que a Anatel não vem respeitando as normas da Constituição Federal de 1988 e da lei vigente no setor, no sentido de zelar pela infraestrutura construída com recursos públicos e que foi repassada às concessionárias de telefonia. O governo receberá novamente toda a concessão em 2025, mas não vem zelando pelos bens, bem como realizando uma fiscalização satisfatória. Espera-se que exista uma lista com todo o aparato concedido para ser realizada uma vistoria.

Albert Lima, do IBIG Tecnologia de Roraima, apontou que em 2007 haveria na capital de seu estado uma conexão de fibra ótica advinda da Venezuela. Em princípio, isso gerou alegria, contudo, toda a infraestrutura está em um monopólio de uma empresa privada. Isso fez com que os provedores menores fossem prejudicados, além do que, o monopólio é ruim para a livre concorrência de mercado, ficando o usuário refém de uma única prestadora de serviço.

G) Indicadores

Os participantes **Antônio Carlos, da Serpro, e Juliano Cappi, do NIC.br**, destacam a não existência da sistematização de dados e indicadores para avaliar o sistema de telecomunicações, uma vez que tais indicadores são essenciais para balizar as ações futuras, especialmente do PNBL e do CGI.br.

Outros posicionamentos sobre indicadores na trilha foram de que:

- Deve-se ampliar e melhorar o conhecimento da realidade da banda larga do país.



- Deve-se produzir mais indicadores, pois são de extrema relevância.

INDICADORES		
<i>Problemas Apontados</i>	<i>Propostas Apresentadas</i>	<i>Nível de Consenso e Dissenso</i>
1) Críticas à não existência da sistematização de dados e indicadores para avaliar o sistema de telecomunicações.	1) Rede Brasil Digital para a coleta de dados para facilitar o diagnóstico; 2) Criação e definição de indicadores para facilitar o diagnóstico do provimento de serviços no setor de telecomunicações.	1) Houve grande consenso quanto à falta de indicadores para avaliar o setor de telecomunicações e, ainda, quanto à sua relevância.



H) Lanhouses

Os participantes **Mário Brandão**, **Rafael Maurício** (ambos da Associação Brasileira de Centros de Inclusão Digital- ABCID), **Ivan Moraes Filho**, do Centro de Cultura Luiz Freire, de Pernambuco, e **Tiago Aguiar**, ativista potiguar, apresentaram consenso com relação ao papel inclusivo que as *lanhouses* podem exercer, em especial pelas classes D e E, alvos do PNBL, e também concordam a respeito da má associação feita pelas campanhas de operadoras, no sentido de criticar as formas de acessos compartilhadas em detrimento das individualistas.

Outros posicionamentos indicaram que as *lanhouses* proporcionam às classes D e E o acesso à rede mundial de computadores, Internet.

LANHOUSES		
<i>Problemas Apontados</i>	<i>Propostas Apresentadas</i>	<i>Nível de Consenso e Dissenso</i>
1) Apontou-se a subutilização das <i>lanhouses</i> como pontos de acesso à Internet.	1) As <i>lanhouses</i> podem ser entendidas como pontos de distribuição de Internet; 2) União dos proprietários de <i>lanhouses</i> para requerer políticas voltadas para eles junto ao governo.	1) Houve grande consenso quanto à falta de indicadores para avaliar o setor de telecomunicações e, ainda, quanto à sua relevância.



I) Regulamentação

- Os principais problemas apontados pelos participantes da trilha de banda larga sobre a temática “Regulamentação” foram de:
 1. Reversibilidade de bens.
 2. Subsídio cruzado.
 3. Massificação x universalização.
- As propostas apresentadas apontam para a necessidade da melhoria e da eficácia na fiscalização dos processos.



4. ANEXOS

PARTICIPANTES DA TRILHA 3

Nº	Nome	Instituição/Organização	Localidade	Nº	Nome	Instituição/Organização	Localidade
1	LUCAS MILHOMENS	UFAM	AM	37	ANTÔNIO CARLOS	SERPRO	DF
2	FLÁVIA LEFÉVRE	PROTESTE	SP	38	LAFATE PANKARARU	LIDERANÇA DA JUVENTUDE	PE
3	ANDRÉ LUIS BORDIGNON	CDI-CAMPINAS	SP	39	WESLEY JORDÃO	SHTURBO INTERNET	DF
4	MARCELO SALDANHA	IBE-BRASIL	RJ	40	MÁRIO BRANDÃO	ABCID	RJ
5	EDUARDO ZAMBALDI	ASSESPRO	MG	41	RAFAEL MAURÍCIO	ABCID	RN
6	MAURÍCIO FALAVIGNA	REDE MARISTAS	RS	42	FLÁVIA LEFÉVRE	PROTESTE	SP
7	ALEXANDRE MESQUITA	REDE MARISTAS	RS	43	CAROLINA GOUVEIA	FACULDADE CATHEDRAL	RR
8	AMÉRICO BERNARDES	MINISTÉRIO COMUNICAÇÕES	DF	44	DIÓGENES BRANDÃO	BLOGUEIROS DO PARÁ	PA
9	SANDRA ALVES	FME-NITERÓI	RJ	45	IVAN MORAES FILHO	CENTRO DE CULT LUIZ FREIRE	PE
10	ALEXANDRE SANTOS	CDC-SENHOR DO BONFIM	BA	46	MARCELO SALDANHA	IBE-BRASIL	RJ
11	ALBERT LIMA	IBIG TECNOLOGIA	RR	47	TIAGO AGUIAR	ATIVISTA	RN
12	JOÃO BRANT	INTERVOZES	SP	48	RODRIGO TROIAN	ASL. ORG	RS
13	BEATRIZ TIBIRIÇÁ	COLETIVO DIGITAL	SP	49	AMÉRICO BERNARDES	MIN. DAS COMUNICAÇÕES	DF
14	JOÃO DA CADESC	CADESC	SP	50	PAULO G. CYSNEIROS	UFPE	PE
15	GUSTAVO GINDRE	INTERVOZES	RJ	51	SANDRA ALVES	FME-NITERÓI	RJ
16	SANDRA ANDRADE	CONAQ/NGOLO	MG	52	MÁRCIO ADRIANO	SECUT/UNCISAL	AL
17	MAIA	ABRINT	SP	53	MAIA	ABRINT	SP
18	MARSOLIO LIMA	SINDPD	AP	54	BASÍLIO PEREZ	ABRINT	SP



Nº	Nome	Instituição/Organização	Localidade	Nº	Nome	Instituição/Organização	Localidade
19	JOÃO ANSELMO	SINTEL	RO	55	KÁTIA OLIVEIRA	COLÉGIO MUNICIPAL DE CAETÉS	PE
20	TIAGO CARDOSO	NAVEGAPARÁ	PA	56	DUDA NOGUEIRA	DUDA LIBRARY	MG
21	RENATA MIELLI	BARÃO DE ITARARÉ-FNDC	SP	57	ALBERTO PERDIGÃO	BLOG DA DILMA	CE
22	DIÓGENES BRANDÃO	BLOGUEIROS DO PARÁ	PA	58	ARISTON EDUÃO	TABULEIRO DIGITAL	BA
23	SILVANA LEMOS	PROGRAMANDO FUTURO	GO	59	DANIEL BRUNO	PROJETO FEDORA	AM
24	LEONARDO ZENHA	UFMG	MG	60	JULIANO CAPPI	NIC.br	SP
25	ALEXANDRE PANKA-RARU	APOINME	NACIONAL	61	MARCELO SALDANHA	IBE-BRASIL	RJ
26	ANAPUAKA PATAXÓ	REDE DE CULTURA DIGITAL INDÍO	NACIONAL	62	MAXIMILIANO MARTI-NHÃO	MINICOM	DF
27	DAYVISON DOMINGOS	IESP	PB	63	JONE LIMA	PROJETO AÇÃO DIGITAL	CE
28	ARTHUR WILLIAM	AMARC	RJ	64	ANTÔNIO CARLOS	SERPRO	DF
29	JAIR SILVA	QUILOMBOLA/UNEGRO	DF	65	MAIA	ABRINT	SP
30	ARTUR COIMBRA	MINISTÉRIO COMUNICAÇÕES	DF	66	ROSELI GOFFMAN	CFP-FNDC	RJ
31	RAIMUNDO XAVIER	AÇÃO PARCEIROS	PA	67	MANUEL NETO	ITIC DIGITAL	CE
32	LUIZ FELIPE DE SOUSA	OPENTAPAJÓS SOFTWARE LIVRE	PA	68	MILTON KASHIWAKURA	NIC.br	SP
33	VALMIR SOUSA	FAB	BA	69	ANTÔNIO CARLOS	SERPRO	DF
34	JOÃO BATISTA FERRI	SLTI/MINISTÉRIO DO PLANEJAM	DF	70	BEATRIZ TIBIRIÇÁ	COLETIVO DIGITAL	SP
35	FÁBIO MARINHO	UFRJ	RJ	71	FLÁVIA LEFÉVRE	PROTESTE	SP
36	ADRIANE GAMA	CASA BRASIL DE SANTARÉM	PA	72	OTTO RAMOS	FORA DO EIXO	AP